



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Folha do IAB

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 169 - MARÇO/ABRIL - 2022

Foto: Bruno Mirandella

Após quase dois anos sem eventos presenciais em razão da pandemia, o plenário histórico do IAB voltou a ficar lotado na noite de 28 de abril, quando foi empossada a nova Diretoria para o triênio 2022/2025, tendo à frente Sydney Sanches como presidente nacional. Lembrando que a preservação dos princípios civilizatórios tem lugar de destaque na pauta do IAB, ele anunciou que criará uma comissão especial para, em conjunto com outras entidades, atuar na defesa da democracia, das eleições e da liberdade de imprensa. **PÁGINAS 4 e 5**



Um novo ciclo de defesa dos princípios civilizatórios

■ Novo sócio benemérito do IAB, Eugenio Zaffaroni vai integrar a Comissão de Criminologia

PÁGINA 3

■ Plenário se posiciona contra a volta da aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos

PÁGINA 7

■ ENTREVISTA
Sydney Sanches fala dos riscos à democracia e do papel do IAB no combate ao retrocesso

PÁGINA 8



Mensagem do presidente

Assumir a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) é uma honra imensa para mim, que só não é maior do que a responsabilidade de estar à frente da entidade jurídica que, além de responsável pela construção do ordenamento jurídico nacional, tem sido, desde 1843, protagonista dos grandes desdobramentos políticos e institucionais do País. Em seus quase 179 anos de existência, o IAB jamais deixou de cumprir as suas missões estatutárias, destacadamente as que estabelecem a defesa do estado democrático de direito, a manutenção da ordem jurídica legítima e a promoção dos interesses da Nação.

Nos tempos recentes, marcados pelo negacionismo e pelo desprezo à ciência, à cultura e à democracia, a Casa de Montezuma posicionou-se publicamente com firmeza, repudiando as cogitações de ruptura da ordem constitucional. Além disso, tem emitido pareceres destinados ao aprimoramento da ordem jurídica e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do País, que ainda padece da falta de justiça social e de melhor distribuição de renda. A preservação dos princípios civilizatórios tem lugar de destaque na pauta de debates e estudos jurídicos do IAB, como indispensável à proteção dos direitos humanos.

Entre esses princípios está o direito à liberdade de expressão, que vem sendo repugnantemente distorcido para promover a propagação do ódio e do desrespeito às opiniões divergentes, como também ataques criminosos contra os poderes constituídos. Diante da gravidade dos fatos, as plataformas digitais, sem fazer uso do condenável mecanismo da censura, devem se responsabilizar pelo monitoramento e a contenção de discursos que configuram prática de crimes. No exercício da liberdade de expressão não há espaço para manifestações fascistas.

Nos próximos três anos, a nova Diretoria fortalecerá ainda mais a luta que o IAB vem travando exemplarmente em defesa das instituições e dos direitos humanos, para impedir o avanço de toda e qualquer forma de violência contra as pessoas e a democracia.

Sydney Sanches

Nos tempos recentes, marcados pelo negacionismo e pelo desprezo à ciência, à cultura e à democracia, a Casa de Montezuma posicionou-se publicamente com firmeza, repudiando as cogitações de ruptura da ordem constitucional

Posses

Ex-ministro da Justiça e subprocurador da República aposentado, Eugênio Aragão (foto) tomou posse como membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) na sessão ordinária híbrida de 9 de março. Nos meses de março e abril, o Instituto recebeu três novos membros honorários. O presidente da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Mauro Dickstein, tomou posse na sessão ordinária híbrida do dia 23 de março, data em que também ingressou no IAB o juiz do TJSC João Marcos Buch. O defensor Bruno Joviniano de Santana Silva, que atua na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, passou a fazer parte da Casa de Montezuma na sessão extraordinária de posses virtual realizada no dia 20 de abril.



Nos últimos dois meses, tomaram posse como membros efetivos os advogados Andreia Costa Feitosa, Brenda Araujo Di Iorio Braga, Candida Diana Terra, Carla Maria Martellote Viola, Carlos Eduardo B. Rátis Martins, Carolina Angelo Montolli, Cristiana Cardoso Lopes Manganço, Cristina Maria Zackseski, Damiane Amarelho Nachtigal, Elisabeth Baraúna da Conceição Filha, Felipe Sarmiento Cordeiro e Franciley Ribeiro do Nascimento.

E ainda: Gustavo Mascarenhas Guedes, Leonardo Gomes de Aquino, Marcus Henrique Niebus Steele, Matheus Luiz Puppe Magalhães, Raquel Elena Rinaldi Maciel, Reginaldo Sorrenti Marcello Neto, Renata Malta Vilas Bôas, Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Savio Barreto Lacerda Lima e Valentina Jugmann Cintra.

Expediente

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

Diretoria Estatutária

Presidente: Sydney Limeira Sanches

1º vice-presidente: Carlos Eduardo de Campos Machado

2º vice-presidente: Adriana Brasil Guimarães

3º vice-presidente: Ana Amélia Menna Barreto de Castro Ferreira

Secretário-geral: Jorge Rubem Folema de Oliveira

Diretor secretário coordenador do setor administrativo: Antônio Laért Vieira Júnior

Diretora Secretária de Relações Universitárias: Benizete Ramos de Medeiros

Diretora Secretária de Diversidade e Representação Racial: Edmêe da Conceição Ribeiro Cardoso

Diretor Secretário de Relações Institucionais: Armando Silva de Souza

Diretor Financeiro: Amon Velmivitsky

Diretor Financeiro Adjunto: Luiz Felipe Conde

Diretora Cultural e ESIAB: Leila Pose Sanches

Diretora da Biblioteca: Marcia Dinis

Orador Oficial: Sergio Francisco de Aguiar Tostes

Diretor para Relações Governamentais e Legislativo: Miro Teixeira

Diretor de Coordenação das Comissões: Adilson Rodrigues Pires

Diretora de Comunicação: Carmela Grünel

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Ouvidor e Apoio aos Sócios: Paulo Maltz

Diretor Representante nas Entidades Internacionais: Paulo Malta Lins e Silva

Diretora de Eventos: Paula Heleno Verqueiro

Diretor de Tecnologia e Inovação: Bernardo José Ferreira Cicoquel de Deus

Diretora da Revista Digital: Katia Rubinstein Tavares

Diretor de Recursos Humanos: Henrique Lopes de Souza

Procuradores: João Theotonio Mendes de Almeida Junior, Paulo de Moraes

Penalva Santos, Renato Neves Tonini e Rogério Alvaro Serra de Castro

REPRESENTANTES ESTADUAIS

Álvaro Fernando da Rocha Mota (PI), Ana Paula Araújo de Holanda (CE), André Augusto Malcher Meira (PA), Aniello Miranda Auffero (AM), Antônio Oneildo Ferreira (RR), Auriney Uchôa de Brito (AP), Breno Dias de Paula (RO), Carlos Alberto de Souza Rocha (ES), Carlos Pessoa de Aquino (PB), Carmela Grune (RS), Claudio Araujo Pinho (MG), Daniel Blume Pereira de Almeida (MA), Fábio Arthur da Rocha Capilé (MT), Fábio Túlio Barroso (PE), Francilene Gomes de Brito (CE), Hélio Leitão (CE), Joelson Costa Dias (DF), Luciana Barcellos Stosbergas (SP), Luis Antônio Camargo de Melo (DF), Luiz Claudio Silva Allemant (ES), Luiz Rodrigues Wambier (PR), Luiz Viana Queiroz (BA), Manoela Gonçalves Silva (GO), Nilson Reis (MG), Paulo Joel Bender Leal (RS), Paulo Nicholas de Freitas Nunes (AL), Sandro Mezzarano Fonseca (SE), Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho (SC) e Thiago Branner Garcês Costa (MA).

Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080 - Telefax: (21) 2240-3173
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br



Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

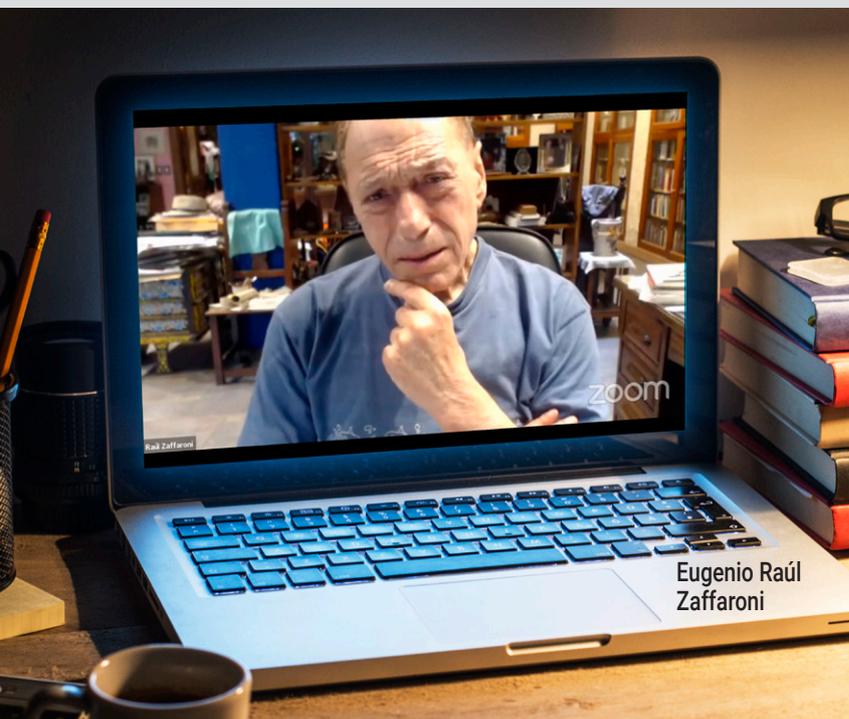
Redação: Ricardo Gouveia

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares



Eugenio Raúl Zaffaroni

Benemérito

Zaffaroni vai atuar na Comissão de Criminologia do IAB

O juiz argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, conhecido como defensor da ideia de que a função do Direito Penal é reduzir o exercício do poder punitivo do Estado, é o mais novo integrante da Comissão de Criminologia do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). O jurista tomou posse virtualmente na Casa de Montezuma na sessão extraordinária realizada no dia 20 de abril, quando foi homenageado com o título de sócio benemérito. “Eugenio Raúl Zaffaroni é um dos maiores intelectuais da América Latina, tendo destaque não apenas no campo do Direito Penal e da Criminologia, mas também da Sociologia, da Ciência Política e da Filosofia”, afirmou à **FOLHA DO IAB** o professor Juarez Tavares. De acordo com ele, o jurista argentino “demonstra claramente como o poder punitivo se encarrega de manter as condições degradantes e discriminatórias que assolam a sociedade”.

Zaffaroni se tornou o quarto agraciado com o título de sócio benemérito. Antes dele, receberam a honraria o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o ex-senador e membro do Conselho Superior do IAB Bernardo Cabral e o jurista José Geraldo de Sousa Júnior, também membro do conselho. Na sessão em que se tornou membro do IAB, o jurista, que é vice-presidente da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP) e foi ministro da Corte Suprema da Argentina entre 2003 e 2014, afirmou: “Temos que combater o colonialismo financeiro internacional e seus crimes contra a humanidade na América, na África e na Ásia, marcados pelo racismo cultural, pelas desigualdades sociais e pelo subdesenvolvimento dos países por ele dominados ao longo de 500 anos, com graves reflexos no campo penal”.

Admirado e aplaudido

O jurista Juarez Cirino dos Santos também destacou a importância do homenageado: “Zaffaroni é o mais brasileiro de todos os argentinos, querido por estudantes de Direito, admirado por cientistas sociais e aplaudido por intelectuais e políticos comprometidos com as lutas democráticas na América Latina, por

ser uma personalidade notável da ciência do Direito, da teoria criminológica e da política”. Segundo Juarez Cirino dos Santos, “a concessão do título de sócio benemérito do IAB constitui autêntica manifestação do apreço dos advogados brasileiros por esse extraordinário ser humano”.

“É preciso manter o controle jurídico sobre o poder punitivo estatal”, afirmou o novo sócio benemérito. Nascido em Buenos Aires no dia 7 de janeiro de 1940, Zaffaroni é professor emérito e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires (UBA). Entre os 25 livros publicados pelo jurista argentino estão *Manual de Direito Penal*, *Em busca das penas perdidas*, *Estruturas judiciais* e *A palavra dos mortos*. Ele também publicou livros em português, entre os quais *Direito Penal Brasileiro I*, escrito com o também criminalista Nilo Batista.

O jurista Lenio Streck também se manifestou a respeito do homenageado. “A trajetória de Zaffaroni, que é um jurista coerente, humanitário e continua influenciando gerações, se confunde com a da teoria crítica do Direito Penal”, afirmou. Streck disse ainda que “o mundo deve muito ao humanitarismo de Zaffaroni”.



Zaffaroni é o mais brasileiro de todos os argentinos, querido por estudantes de Direito, admirado por cientistas sociais e aplaudido por intelectuais e políticos comprometidos com as lutas democráticas na América Latina



Juarez Cirino dos Santos

Sydney Sanches ocupa a

Bruno Mirandella



TRAJETÓRIA

O novo presidente do IAB é formado em Direito pela PUC-Rio, pós-graduado em Direito da Economia pela FGV e mestre em Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc) da FGV. Sydney Sanches é vice-presidente do Comitê Jurídico da Confederação Internacional da Sociedade de Autores e Compositores (Cisac), entidade com sede em Paris dedicada a fomentar e aprimorar o direito dos criadores de obras artísticas em todo o mundo. Também é presidente da Comissão Nacional de Direitos Autorais da OAB Nacional e membro da Aliance Litteraire Artistique Internationale (Alai), da Frente Parlamentar de Defesa da Propriedade Intelectual e da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).

Foi membro do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional e conselheiro da OAB/RJ, onde presidiu a Comissão de Direito Autoral, Direitos Imateriais e do Entretimento. Parecerista e perito na área dos direitos intelectuais, Sydney Sanches é professor convidado de diversas instituições acadêmicas, como a PUC-Rio, a FGV/RJ, a FGV/SP, a Ucam e a Uerj. Tem entre livros, artigos e trabalhos publicados a obra *A cadeia produtiva da economia na música*, elaborada sob a coordenação de Luiz Carlos Prestes Filho e em co-autoria com Antonio Carlos Alkmin, Sergio Cidade de Resende, Moacyr de Oliveira Araújo, Liesel M. Filgueiras e Pedro Argemiro Rodrigues.

“O IAB permanecerá na luta pela preservação dos princípios civilizatórios que servem para permitir a pacífica convivência social e para assegurar o debate público e democrático das expressões do pensamento crítico, que viabiliza a implementação de políticas públicas de interesse do País”

Sydney Sanches

Pela primeira vez em sua história, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) está sendo presidido por um especialista em Direito Autoral. Após quase dois anos sem eventos presenciais em razão da pandemia, o plenário histórico do IAB voltou a ficar lotado na noite de 28 de abril, quando foi realizada a cerimônia de posse da nova Diretoria para o triênio 2022/2025, tendo à frente Sydney Sanches como presidente nacional. Após receber o cargo de Rita Cortez, o novo presidente, que é membro da Associação Brasileira de Direito Autoral (ABDA), afirmou: “O IAB permanecerá na luta pela preservação dos princípios civilizatórios que servem para permitir a pacífica convivência social e para assegurar o debate público e democrático das expressões do pensamento crítico,

que viabiliza a implementação de políticas públicas de interesse do País, sempre sem proselitismos políticos ou ideológicos”.

No plenário estavam os ex-presidentes do IAB Fernando Fragoso e Maria Adélia Campello Rodrigues Pereira, magistrados, promotores, defensores públicos e dezenas de advogados. Em seu discurso de posse, Sydney Sanches elogiou a gestão da antecessora: “Quero destacar a generosidade de Rita Cortez que, nos últimos quatro anos, além de tornar o IAB uma entidade jurídica presente no debate nacional por meio de uma dedicação incomparável com qualquer outra gestão, abriu todas as portas para que eu pudesse, hoje, me tornar o primeiro advogado especialista em Direito Autoral a presidir o IAB em sua história”.

cadeira de Montezuma

Em seguida, ele homenageou-a com a entrega da Medalha Esperança Garcia, comenda recém-criada pela Casa de Montezuma em referência à escrava que, no dia 6 de setembro de 1770, escreveu uma carta ao governador da então Capitania do Piauí denunciando os maus-tratos que sua família sofria na fazenda em que vivia. O documento foi considerado a primeira petição escrita por uma mulher na história daquele estado. Por isso, em 2017, Esperança Garcia foi reconhecida pela OAB/PI com o título simbólico de primeira advogada do estado.

Coração e alma

Na sua despedida da presidência, Rita Cortez destacou a qualidade da gestão de seus antecessores. “Ao dar continuidade ao trabalho dos notáveis presidentes que nos antecederam, buscamos incentivar a produção intelectual das comissões, que são o coração e a alma da Casa de Montezuma”, afirmou. Sobre o período de isolamento social forçado, ela disse: “Superamos, com esforço e dedicação, o difícil período da pandemia, e penso que nos saímos muito bem, não só pela frenética promoção de atividades e eventos de indiscutível qualidade, mas porque defendemos, sobretudo, a vida de milhões de brasileiros”.

Sydney Sanches comentou a situação do País: “Ainda sofremos os desdobramentos de uma persistente pandemia que tomou dois anos de nossas existências, causando mais de 660 mil mortes e mais de 30 milhões de casos no Brasil. Durante esse período, fomos expostos ao negacionismo científico, a fórmulas mágicas de soluções contrárias à ciência e vimos o agravamento das diferenças sociais no País”. Ainda segundo ele, “compete às instituições responsáveis pela salvaguarda dos compromissos com os direitos humanos, a igualdade de gênero e racial e o respeito à diversidade intensificar as suas ações, a fim de

Eleição eletrônica



Rita Cortez deposita seu voto de confiança em Sydney Sanches

Menos de uma hora após o encerramento da votação, a Comissão Eleitoral concluiu a apuração dos votos eletrônicos e em cédulas e anunciou, na noite de 16 de março, a eleição da nova Diretoria do IAB para o triênio 2022/2025, tendo como presidente Sydney Sanches, que na gestão anterior ocupava o cargo de 2º vice-presidente. “Com a participação expressiva de consócios de todos os

lugares do País, esta foi a primeira eleição eletrônica de uma instituição jurídica brasileira em nível nacional, o que a torna histórica”, afirmou o presidente eleito, após receber 400 votos, 342 dos quais eletrônicos. Foi a primeira eleição depois da reforma estatutária, aprovada em abril do ano passado, que excluiu do Estatuto Social a previsão de reeleição e ampliou o mandato de dois para três anos.

garantirmos a sanidade da humanidade e a sua própria preservação”.

Compuseram a mesa de honra os presidentes da OAB/RJ, Luciano Bandeira; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Victorino Chermont, e do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) da OAB Nacional, Felipe Sarmiento, que representou o presidente da Ordem, Beto Simonetti; o chefe de gabinete da Prefeitura

do Rio de Janeiro, Fernando Dionísio, representando o prefeito Eduardo Paes; o desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, que compareceu à cerimônia a pedido do presidente do TJRJ, Henrique Figueira; o advogado João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira, que representou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), e o ex-senador e membro do Conselho Superior do IAB Bernardo Cabral.



Ao dar continuidade ao trabalho dos notáveis presidentes que nos antecederam, buscamos incentivar a produção intelectual das comissões, que são o coração e a alma da Casa de Montezuma



Rita Cortez

Contas aprovadas



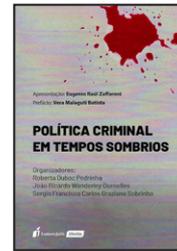
Reunidos na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 30 de março no plenário histórico, os membros efetivos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) referendaram a decisão do Conselho Superior, ocorrida em reunião realizada uma hora antes, e aprovaram também por aclamação o relatório de atividades referente ao exercício de 2021 e a previsão orçamentária para o ano de 2022. A reunião do Conselho Superior e a AGO foram conduzidas pela então presidente nacional do IAB, Rita Cortez. Nas duas oportunidades, os dados foram apresentados pelo conselheiro relator, Carlos Eduardo Machado (*foto*).

“Os números demonstram, irrefutavelmente, que a atual gestão, marcada pela expansão nacional do Instituto, foi exitosa inclusive na parte financeira”, afirmou Carlos Eduardo Machado. Segundo ele, o IAB terminou o ano de 2021 com um superávit de R\$ 687 mil. O relator acrescentou que, em 2018, 44% das receitas eram advindas das anualidades pagas pelos consócios, chegando a 67,29% em 2021, cabendo o restante ao repasse das custas judiciais.

O então 2º vice-presidente, Sydney Sanches, já eleito para presidir a entidade no triênio 2022/2025, comemorou os resultados: “Isto significa uma redução significativa da dependência financeira que tínhamos em relação às custas judiciais, o que se deveu principalmente ao aumento do número de novos consócios”.

Carlos Eduardo Machado ressaltou ainda que o sucesso financeiro foi fruto da adoção de várias medidas, entre as quais o acompanhamento diário das receitas e das despesas, como também o monitoramento permanente da inadimplência.

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



PEDRINHA, Roberta D.; DORNELLES, João R. W.; SOBRINHO, Sergio C. Graziano (orgs.). *Política criminal em tempos sombrios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

A coletânea trata das violências institucionais contra os mais vulneráveis, assim considerados os pobres, os negros, as mulheres, os idosos e as crianças. Em seus artigos, os autores fazem reflexões críticas sobre a letalidade da segurança pública, o racismo estrutural e a guerra contra as drogas.



GARCIA, Gilberto; SCHLESINGER, Carlos R.; ALMEIDA JUNIOR, João Theotônio M. de; TEJO, Joycemar L.; RIBEIRO, Leonardo S. M. I.; MALTZ, Paulo. (orgs.). *Desafios do exercício da fé no*

ordenamento jurídico nacional. Rio de Janeiro: Essenzia Comunicação, 2022.

Organizado pelos membros da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB, o livro reúne artigos de juristas de variadas crenças e visa a contribuir com a consolidação da diversidade religiosa, indispensável à convivência harmoniosa.



LIGUORI, Carlos. *Direito e criptografia: direitos fundamentais, segurança da informação e os limites da regulação jurídica na tecnologia*. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

O autor aborda temas relevantes para o estudo da privacidade e da proteção de dados, como, por exemplo, as relações entre a criptografia e a segurança na sociedade da informação, assim como os direitos fundamentais no contexto das investigações criminais.

IAB considera inconstitucional PEC que restabelece aposentadoria compulsória aos 70 anos

Na opinião do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), é inconstitucional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2019, de autoria da deputada federal Bia Kicis (PSL/DF), que volta a fixar em 70 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). Com base neste entendimento, o plenário do IAB aprovou por unanimidade, na sessão ordinária do dia 13 de abril, o parecer do relator Pablo Malheiros da Cunha Frota, da Comissão de Direito Constitucional, contrário à PEC 159/2019. A iniciativa parlamentar revoga a Emenda Constitucional 88, de 2015, resultante da chamada PEC da Bengala, que aumentou de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória. À **FOLHA DO IAB**, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), que foi contra a PEC da Bengala, defendeu o retorno à idade de 70 anos.

Para Pablo Malheiros da Cunha Frota, “a composição do STF e dos demais órgãos e carreiras não pode estar sujeita à volatilidade da vontade de quem está com mandato parlamentar no Congresso Nacional”. Segundo o relator, “infelizmente, este é mais um caso, como foi a Emenda Constitucional 88, em que o Poder Legislativo não levou a legislação constitucional a sério”. Ainda de acordo com ele, “a PEC viola a harmonia e a independência entre os poderes”. Durante a tramitação da PEC da Bengala no Congresso Nacional, entidades de classe da advocacia, da magistratura e do Ministério Público se opuseram ao aumento de 70 para 75 anos. Algumas alegaram, inclusive, que a modificação só poderia ocorrer por meio de lei decorrente de iniciativa do STF.



Pablo Malheiros da Cunha Frota

O presidente da Conamp, Manoel Murrieta, saiu em defesa da nova alteração. “O aumento da idade para 75 anos trouxe algumas dificuldades para a oxigenação e movimentação vertical na carreira de membros do Ministério Público e também da magistratura, por isso respeitamos o retorno aos 70 anos”, argumentou. Murrieta disse ainda: “Em relação à iniciativa de lei, ela tem que ser respeitada, até pela independência dos poderes. Com a proposta de emenda constitucional, fica superada esta questão, embora seja importante observar que a vontade do legislador constituinte originário não está sendo respeitada”.

Sem debate

Pablo Malheiros da Cunha Frota também criticou o fato de que a proposta legislativa não cogita a possibilidade de debate na esfera pública a respeito das razões pelas quais a Constituição Federal deve ser alterada para que seja retomada a idade de 70 anos para a aposentadoria compulsória. O advogado comentou ainda que, em caso de aprovação da PEC 159/2019, os ministros do STF

Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, que hoje têm 73 anos, se aposentariam compulsoriamente. “Assim, se abririam vagas para a nomeação de dois novos ministros pelo atual presidente da República, em pleno ano eleitoral no qual ele deverá concorrer à reeleição”, alertou.

A assessoria de imprensa da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que foi contra a PEC da Bengala, informou que a Diretoria da entidade está analisando a PEC 159/2019 e debatendo-a em diversos fóruns, mas ainda não tem um posicionamento firmado a respeito da proposta.



A composição do STF e dos demais órgãos e carreiras não pode estar sujeita à volatilidade da vontade de quem está com mandato parlamentar no Congresso Nacional



Pablo Malheiros da Cunha Frota

Manoel Murrieta defende o retorno à idade de 70 anos



‘As forças retrógradas estão agindo’



Em entrevista à **FOLHA DO IAB** logo após assumir o cargo de presidente nacional do Instituto, Sydney Sanches comentou que a democracia brasileira corre riscos e afirmou: “A história recente do País nos ensinou que os retrocessos sociais, econômicos e de privação da liberdade de pensamento, típicos dos regimes ditatoriais, devem ser repudiados”. O presidente anunciou que criará “uma comissão especial para atuar em conjunto com outras entidades na defesa da democracia, das eleições e da liberdade de imprensa”. Entre os principais projetos de sua gestão estão a expansão da Escola Superior do IAB (Esiab), a ampliação das representações estaduais, o fortalecimento das comissões e o estreitamento com a comunidade jurídica internacional.

“A vigilância permanente, a firmeza e a reação conjunta das entidades da sociedade civil e dos poderes legitimamente constituídos, em especial o Judiciário e o Legislativo, serão fundamentais para evitar o rompimento da nossa democracia”

Quais são os principais projetos da sua gestão?

A Escola Superior do IAB terá papel estratégico na disseminação de conteúdo jurídico de qualidade. Daremos continuidade à ampliação das representações estaduais, que vêm confirmando o protagonismo nacional do IAB nos debates das questões de relevantes interesses da advocacia e, sobretudo, da sociedade brasileira. Fortaleceremos as comissões, das quais emerge a nossa produção intelectual, e investiremos na conservação de nossa biblioteca, que possui enorme potencial para lançamentos de livros e difusão de nossa tradição. O estreitamento com a comunidade jurídica internacional será outra importante iniciativa. O bicentenário da Independência terá uma programação especial, já que a história do Instituto se confunde com a do Brasil. E a efeméride dos 180 anos do IAB, em 2023, destacará a nossa trajetória de luta pelas liberdades.

Como propagar o pensamento jurídico nesses tempos em que o diálogo e o debate têm sido substituídos pela hostilidade e pelo negacionismo?

Vivemos um dos mais difíceis momentos de nossa quadra histórica, onde governantes alcançam o poder pelas vias democráticas para corroer a própria democracia. A intolerância e os discursos de ódio são ferramentas para o esvaziamento das instituições democráticas. Nesse debate público, o IAB, por sua independência, tradição quase bicentenária e produção jurídica de alta qualidade, possui papel estratégico na defesa da democracia e dos princípios constitucionais e civilizatórios.

É exagero afirmar que hoje há um risco real para a democracia brasileira?

Não é exagero. As forças retrógradas estão agindo de forma deliberada e, havendo oportunidade, irão ferir os pilares democráticos. A história recente do País nos ensinou que os retrocessos sociais, econômicos e de privação da liberdade de pensamento, típicos dos regimes ditatoriais, devem ser repudiados. A vigilância permanente, a firmeza e a reação conjunta das entidades da sociedade civil e dos poderes legitimamente constituídos, em especial o Judiciário e o Legislativo, serão fundamentais para evitar o rompimento da nossa democracia.

O que cabe ao IAB nesse contexto extremado em que ocorrerão as eleições de 2022?

O IAB acompanha com preocupação o processo eleitoral e repudia os ataques à segurança das urnas eletrônicas. Temos um sistema reconhecido em todo o mundo. O trabalho que o TSE e o Supremo vêm fazendo para manter a higidez do processo eleitoral deve ser enaltecido e incentivado. O combate às *fake news* deverá ser diuturno e incansável. As redes sociais, onde será travada a grande disputa, devem ser cobradas, para que impeçam a propagação da desinformação e dos discursos de ódio, preconceito e racismo. O IAB criará uma comissão especial para atuar em conjunto com outras entidades na defesa da democracia, das eleições e da liberdade de imprensa.